

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 – Indicação e Justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.

Não aplicável.

8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

BALANÇO

ACTIVO

A partir da análise comparativa dos valores registados no *Ativo do Balanço*, pode concluir-se não existirem, de uma forma geral, situações de significativas divergências na ordem de grandeza dos

agregados, merecedoras, por esse facto, de notas justificativas. Ainda assim, importa esclarecer alguns casos pontuais de rubricas onde se verificam alterações com alguma relevância, sobretudo por refletirem situações que não decorrem da atividade normal da entidade, sendo antes acontecimentos específicos e factos extraordinários que ocorreram no decurso do exercício em análise.

Assim e numa avaliação comparativa dos saldos inscritos nas várias rúbricas do *Ativo do Balanço*, conclui-se que, para além da diminuição generalizada do valor do imobilizado líquido, justificada pelo efeito da contabilização da depreciação anual dos respetivos bens, não contrariada, de forma proporcional, por um aumento correspondente à introdução de novos bens do imobilizado do Município, não há, no decurso do exercício de 2016, outros factos materialmente relevantes a destacar e que tenham concorrido para variações significativas nos saldos registados nos vários agregados entre o final de 2015 e 2016.

Apenas duas breves notas, uma para explicitar que o decréscimo verificado na conta **268 – Outros Devedores** em 2016, a qual apresenta a 31 de dezembro um saldo de 88.144,01 euros, e que reflete uma redução expressiva em relação ao valor inscrito no final do ano anterior, corresponde a montantes de comparticipações de projetos, cuja despesa se encontra já realizada, tendo-se procedido à contabilização do direito referente à respetiva comparticipação. Assim, e considerando que no decurso de 2016 se deram por encerradas várias candidaturas até então pendentes da verificação das suas operações de saldo, e tendo ainda em atenção o atraso na implementação do Portugal 2020, tais factos traduziram-se na redução do saldo da conta em questão; quanto ao acréscimo significativo do saldo registado na conta de **Depósitos**, resulta, em grande medida, da circunstância de existirem neste ano, projetos de grande volume financeiro já comprometidos, mas cuja realização física e financeira foi sendo adiada ao longo do ano de 2016, por questões de natureza técnica e de organização dos respetivos processos administrativos, pelo que se traduziu num atraso quer na apresentação de autos, quer no seus pagamentos, refletindo-se assim no valor final do saldo existente em depósitos.

Os valores inscritos no *Ativo do Balanço* relativos a **Dívidas de Terceiros**, correspondem a créditos de curto prazo, evidenciando-se os saldos das contas **Estado e Outros Entes Públicos**, que reflete valores resultante de apuramento de IVA, em crédito de imposto a recuperar,

As dívidas registadas relativas a **Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa** foram devidamente provisionadas, de acordo com as regras de constituição/reforço de provisões.

Quanto aos valores registados na conta **271 – Acréscimo de Proveitos**, incluída na rubrica **Acréscimos e**

Diferimentos, os mesmos traduzem a contabilização relativa a proveitos efetivos do exercício, que apenas se constituirão como receita em 2017. Incluem-se aqui, entre outros, os montantes relativos aos valores de impostos do exercício a cobrar nos anos seguintes, nomeadamente os correspondentes à especialização relativa ao IMI e IRS de 2016 a cobrar em 2017; transferências da DGEST relativas ao ano letivo de 2015/2016 e 2016/2017; proveitos referentes aos meses de setembro a dezembro provenientes das entidades promotoras dos parques eólicos instalados no concelho; proveitos relativos à tarifa de RSU's ainda não entregues nos cofres do Município, correspondentes aos exercícios de 2015 e 2016, na íntegra.

Na conta **272 – Custos Diferidos**, encontram-se evidenciados os valores cujo suporte documental respeita a 2016, mas que se reportam a custos referentes a exercícios posteriores. É o caso de apólices de seguro anuais, contratos de assistência técnica ou de prestação de serviços que se prolongam para além do exercício em questão.

PASSIVO

A partir da comparabilidade dos valores inscritos nas sub-contas incluídas na rubrica de **Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo**, constata-se uma significativa diminuição do valor global das responsabilidades do Município perante terceiros. Na decomposição deste saldo, verifica-se que em 2016 deixou já de estar inscrito o valor correspondente a dívidas a **Fornecedores M/L Prazo**, na medida em que o acordo de pagamento celebrado em 2007, e que suportava o registo da referida dívida, foi integral e pontualmente cumprido, pelo que resta apenas o valor inscrito no curto prazo, o qual será liquidado até julho de 2017, tal como previsto no texto do acordo.

Relativamente ao montante dos **Empréstimos de Médio/Longo Prazo**, o respetivo saldo reflete também ele uma diminuição, em resultado do cumprimento pontual do serviço de dívida previsto na amortização das operações de financiamento de M/L prazo contratualizadas pelo Município.

À semelhança do que tem vindo a acontecer em exercícios anteriores, ao montante inscrito no saldo da conta **2312 – Dívidas a Instituições de Crédito de Médio e Longo Prazo**, foram deduzidos os valores das amortizações de capital a liquidar no exercício seguinte, por contrapartida da rubrica **2311 – Empréstimos de Curto Prazo**. De facto, será de salientar que o saldo inscrito nesta conta, não corresponde efetivamente à contratualização de operações financeiras de curto prazo, mas antes, espelham apenas o montante

estimado de amortizações de capital das operações de médio e longo prazo, a liquidar no curto prazo, ou seja, no decurso do ano económico imediatamente seguinte.

De acordo com o mesmo critério, também o registo do valor da realização dos montantes das unidades de participação do Município de Trancoso no capital social do **FAM**, encontram-se repartidos entre curto e médio/longo prazo. Assim, a realização de capital a concretizar-se em exercícios posteriores a 2017, de acordo com o plano previsto na Lei 53/2014, de 25 de agosto, encontra-se registada como dívida de médio/longo prazo, enquanto que, os montantes previstos para realização em 2017 encontram-se inscritos como dívida de curto prazo.

Quanto aos saldos registados nas contas incluídas na rubrica ***Dívidas a Terceiros – Curto Prazo***, refletem, de uma forma geral, uma redução significativa, em resultado da liquidação de dívida de curto prazo, evidenciando também a forte contenção de despesa efetuada, à semelhança da linha de tendência verificada já em anos anteriores. De facto, os saldos das contas aqui incluídas conhecem, na generalidade, uma diminuição dos montantes relativos a responsabilidades a saldar perante terceiros.

Uma nota relativa aos ***Acréscimos de Custos*** registados na conta **273**, que fazem refletir a consistência da aplicação do princípio da especialização do exercício, uma vez que aqui foram inscritos os custos efetivos de 2016, mas cuja despesa apenas se irá concretizar no exercício seguinte. Destaca-se assim o registo de valores relativos remunerações de férias, subsídio de férias e encargos sociais do exercício, juros bancários, consumos de água, eletricidade, telecomunicações e combustíveis correspondentes aos últimos meses do ano e só faturados em 2017, fornecimentos e serviços externos, entre outros.

Num último ponto, afigura-se-nos importante esclarecer os procedimentos que têm vindo a ser adotados ao longo dos últimos exercícios, relativamente à questão da contabilização das comparticipações referentes a investimentos realizados.

Sabendo-se ser esta uma questão relativamente à qual não existem consensos nem harmonização de práticas contabilísticas, adotou-se como regra no Município de Trancoso, proceder em cada período (exercício), ao cálculo do valor das comparticipações que têm correspondência ao montante de despesa elegível efetivamente executado, a partir das taxas de comparticipação aprovadas e homologadas para cada projeto, registando na sub-conta específica do projeto, que corresponde a uma desagregação do plano à conta **2745**, o respetivo valor da comparticipação do projeto em causa.

Quando no mesmo período temporal se verifica a cobrança da respetiva receita, tal registo gera como contrapartida um lançamento a débito na conta de disponibilidades. Quando tal não se verifica, é contabilizado um saldo a débito numa conta do ativo da balanço, criada especificamente para este fim, e à qual se atribuiu a designação de **Devedores de Comparticipações** (conta **26881**). Esta conta terá assim sempre um saldo devedor, o qual será anulado na exata medida em que se procede à cobrança das comparticipações em causa.

Evidencia-se ainda a correção no valor do saldo inscrito na conta **292 – Provisões para Riscos e Encargos**, o qual conheceu um ligeiro acréscimo, decorrente da necessidade de ajustar o valor total das provisões já constituídas, ao montante da dívida contingente conhecida em 2016. Assim, procedeu-se a um aumento do montante das **Provisões par a Processos Judiciais em Curso**, as quais têm por objetivo acautelar eventuais riscos de obrigações de liquidação de dívida, em resultado de sentenças de condenação do Município de Trancoso nos processos movidos contra esta autarquia em 2014, 2015 e 2016.

Os processos em questão, que decorrem atualmente em diversos tribunais, correspondem a situações de reclamação de dívidas por parte de fornecedores, as quais não têm correspondência com despesa efetiva reconhecida pelo Município., e os processos de 2016 a situações de acidentes de trabalho.

Foram ainda ajustados os valores referentes a **Provisão para Outros Riscos e Encargos**, em função do contencioso existente à data de 31 de dezembro.

A análise da evolução do saldo da conta **292** será aprofundada em ponto próprio deste anexo (ponto 8.2.27).

FUNDOS PRÓPRIOS

A alteração ao valor registado na rubrica **55 – Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas**, reflete a contrapartida pela contabilização do ajustamento do valor das participações de capital, decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial da entidade Encanta – Restauração e Serviços de Trancoso, Lda

Por sua vez, a rubrica **59 - Resultados Transitados**, foi movimentada pela integração do valor dos resultados do exercício anterior. No entanto outros movimentos contribuíram para o saldo final, devendo

tais factos serem objeto de referência expressa.

Através da movimentação da conta em análise, procedeu-se à regularização de todas as circunstâncias materialmente relevantes que teriam afetado os resultados de exercícios anteriores, caso fossem conhecidos.

Neste contexto, será de referir o contributo positivo do registo do proveito referente a exercícios anteriores, relativos à distribuição de dividendos pela participação no capital social da Resiestrela, SA, no valor de 23.116,28 euros, bem como a contabilização resultante da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ao valor da participação no capital social da Entidade Encanta – Restauração e Serviços de Trancoso, Lda, ainda que este, pela sua expressão, tenha um impacto pouco significativo. Em sentido contrário, foram ainda efetuados registos de regularização aos resultados transitados, decorrentes de ajustamentos de estimativas referentes a acréscimos de proveitos contabilizados em exercícios anteriores, entretantos não confirmados, no valor de 8.972,43 euros. Foi ainda objeto de contabilização na conta 59, a expressão financeira da responsabilidade imputada ao Município, em resultado de uma sentença judicial transitada em julgado, relativa a acontecimentos ocorridos em exercícios já encerrados.

De referir ainda, que decorrente da decisão tomada pelo executivo municipal de reconhecer, no exercício de 2016, o resultado da homologação judicial dos termos de transação estabelecidos entre a entidade Biosfera, Lda e o Município de Trancoso, conduziu à necessidade de proceder aos registos contabilísticos que refletissem essa mesma posição. Assim, para além do reconhecimento definitivo da dívida, tornou-se também necessário proceder à contabilização e inventariação do valor das empreitadas realizadas, bem como ao registo da respetiva depreciação, dado que as mesmas, tendo sido realizadas em 2010 e estando os bens a ser utilizados desde essa data, tornava-se necessário fazer refletir nos resultados transitados, a expressão do custo de exercícios anteriores correspondentes à amortização (depreciação) dos referidos bens. O ajustamento em questão assumiu o valor de 132.300,00 euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Quanto ao apuramento dos ***Resultados do Exercício***, o ano de 2016 ficou marcado por um desempenho um pouco menos favorável ao objetivo de aproximação da situação de equilíbrio de gestão.

Com um ***Resultado Líquido do Exercício*** apurado na ordem dos **-831.808,10 euros**, verifica-se que, apesar do ligeiro crescimento dos proveitos, sejam eles operacionais, financeiros ou mesmo extraordinários, o crescimento dos custos totais foi ainda assim superior, não permitindo que o melhor desempenho dos proveitos se traduzisse num resultado global mais favorável.

A evolução pouco expressiva, ainda que positiva, dos ***Proveitos Operacionais***, os quais cresceram cerca de 2%, não permitiu compensar o aumento verificado em diversas rubricas da estrutura de ***Custos Operacionais***.

De facto, a partir da análise da evolução da composição da estrutura de ***Custos Operacionais*** do município no exercício de 2016, constata-se que, à exceção dos ***CMVMC***, os quais têm por natureza, uma expressão reduzida no conjunto da atividade, apenas os custos com as ***amortizações do exercício*** tiveram um contributo favorável para um melhor desempenho dos ***Resultados Operacionais*** apurados.

No entanto, esta redução, foi amplamente contrariada pelo crescimento generalizado dos restantes custos suportados.

Este facto resulta, em grande medida, da circunstância de a partir de 1 de janeiro do ano em análise, se ter efetivado a internalização dos serviços anteriormente assegurados pela TEGEC – Trancoso Eventos Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer, EM, a qual, por força do quadro legal em vigor, e em cumprimento da decisão do Órgão Deliberativo do Município de Trancoso, que reunido em sessão extraordinária de 13 de novembro de 2015, deliberou a dissolução da referida entidade, determinando ainda a internalização das respetivas atividades nos serviços municipais, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016.

Em consequência de tal deliberação, tornou-se imprescindível assegurar a existência de recursos humanos que, nos serviços do município, conseguissem a desenvolver as mesmas atividades, com idêntico nível de qualidade, eficácia, eficiência e economia.

Neste contexto, foram estabelecidos acordos de Cedência por Interesse Público com a quase totalidade dos colaboradores anteriormente afetos ao quadro de pessoal da TEGEC, EM, tendo, entretanto, o

município promovido a abertura de procedimentos concursais para ocupação dos referidos postos de trabalho.

Assim, torna-se evidente a justificação para o crescimento dos **Custos com Pessoal** evidenciado nas demonstrações financeiras do exercício de 2016, e que por si só tiveram um impacto de 610.203 euros no acréscimo dos custos da atividade, representando um aumento de cerca de 22%. No entanto, será de referir que o acréscimo de **Custos com Pessoal**, resultou ainda da disposição legal prevista na Lei 159-A/2015, de 30 de dezembro, na qual se determinou a eliminação progressiva ao longo do exercício de 2016, das reduções remuneratórias, o que teve um contributo significativo no aumento com os custos desta natureza. No entanto, a internalização das atividades da TEGE, EM teve também impacto relevante no volume de custos com **FSE**. É facilmente perceptível que, tendo a entidade em questão por objeto social a gestão de equipamentos culturais e de lazer e, consequentemente, a respetiva dinamização, tornou-se evidente a necessidade de contratualizar agora na esfera do município, todo um conjunto de serviços que permitissem manter a atividade dos equipamentos e assegurar aos munícipes um idêntico nível de oferta nesta área. Finalmente, referir que também a rubrica de contabilização de **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos**, verificou um aumento no exercício de 2016, ainda que o seu impacto no aumento dos **Custos Operacionais** e, naturalmente, nos **Custos Totais do Exercício**, foram menos expressivos, com um aumento comparativo de cerca de 11%.

Relativamente ao acréscimo verificado na rubrica de **Custos Financeiros**, deve esclarecer-se que tal facto não foi condicionado por qualquer aumento da componente de encargos financeiros com operações de dívida do município, a qual conheceu mesmo um decréscimo de cerca de 38.025,00 euros. De facto, em resultado das sucessivas reduções verificadas nas taxas de juro, e também da diminuição dos montantes em dívida, os encargos com juros sofreram uma diminuição de valor relativamente ao custo verificado no exercício de 2015. Tal aumento, resultou antes da aplicação do princípio do acréscimo relativamente ao reconhecimento dos resultados negativos apurados pela TEGEC, EM, em Liquidação, os quais assumiram em 2016 o valor de **-77.698.62 euros**, os quais foram onerar a rubrica de **Perdas em Entidades Participadas**.

Assim, e apesar de se verificar também um decréscimo no saldo da rubrica de **Custos Extraordinários**, o **Total de Custos** do exercício refletiu um aumento global próximo dos 5%.

Ainda que no decurso de 2016, também se tenha verificado um aumento dos **Proveitos Totais** do exercício, no entanto a expressão desse crescimento não foi suficiente para permitir compensar a variação ascendente

dos custos.

Sendo perceptível que a variação foi positiva em praticamente todas as rubricas da estrutura de proveitos, será de evidenciar o aumento registado referente a ***Proveitos de Vendas e Prestações de Serviços***, os quais conheceram um acréscimo de 46,37%.

Tal facto é também a expressão direta da internalização dos serviços anteriormente prestados pela TEGEC, EM, agora promovidos pela autarquia. No entanto, e considerando que este tipo de proveitos tem apenas um peso de 3,08% do valor global dos proveitos do exercício, o seu crescimento não tem grande impacto nos resultados líquidos apurados.

O contexto descrito, justifica assim, a obtenção de resultados negativos da exploração da atividade, que pela sua expressão, não foram compensados pelos ***Resultados Financeiros e Extraordinários*** positivos obtidos.

Relativamente aos saldos expressos na conta ***Correções Relativas a Exercícios Anteriores***, quer em termos de custos (conta **697**), quer em termos de proveitos (conta **797**), são aqui apenas considerados valores pouco expressivos, e que correspondem a custos/proveitos efetivos de anos anteriores, desconhecidos à data dos respetivos encerramentos anuais, uma vez que, e tal como já explicitado, todas as correções consideradas materialmente relevantes, foram efetuadas a partir de lançamentos realizados na conta de ***Resultados Transitados***.

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Imobilizações

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2016.

Igualmente, foram registados todos os bens imóveis de domínio público ou privado, cuja receção tenha ocorrido durante o ano de 2016. Todos os registos foram realizados ao custo de aquisição ou construção.

Tal como já descrito, foram ainda registados bens imóveis que se encontravam omissos em termos

inventário e cadastro, como propriedade do Município. Toda a metodologia seguida está referenciada no relatório anual elaborado pelos serviços de património do Município de Trancoso.

Relativamente à plenitude do registo contabilístico de **Bens de Domínio Público**, sob o controlo do Município, não temos conhecimento nesta data da existência de bens que não estejam inventariados, cadastrados e reconhecidos contabilisticamente, pelo que é nossa convicção que as Demonstrações Financeiras refletem de forma apropriada tal situação, tanto mais que nos últimos exercícios não existiram variações significativas da conta de Património.

Investimentos Financeiros

Na generalidade dos casos estão registados ao valor de realização.

No que concerne aos investimentos financeiros relativos a **Partes de Capital**, foi introduzido a partir do exercício de 2010, o Método de Equivalência Patrimonial como base para a contabilização das participações nos capitais das entidades TEGEC, EM e Encanta – Restauração e Serviços de Trancoso, Lda, sendo que, relativamente à primeira, foi revertida aplicação do MEP a partir do momento do registo da sua liquidação.

Foram, desde essa data, considerados excecionados os casos da participação na FMT – Feiras e Mercados de Trancoso, Lda, por a mesma se encontrar em processo de dissolução, e da participação na Resiestrela – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA. Relativamente a esta última entidade, a opção por manter o registo de contabilização de acordo com o método do custo, advém da circunstância de a participação do Município no capital da entidade representar uma quota de apenas 2,39%, ou seja, sem que tal confira à autarquia qualquer de influência significativa.

Quanto ao valor inscrito na conta **412 – Obrigações e Títulos de Participação**, correspondente ao valor das unidades de participação do Município de Trancoso no capital do FAM, o registo foi efetuado pelo valor da subscrição do capital, apurado de acordo com as disposições previstas na Lei 53/2014, de 25 de agosto.

Imobilizações corpóreas

Foram registadas ao custo de aquisição ou, no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo

real.

Imobilizações em Curso

Encontram-se registadas pelo valor dos autos e documentos que as suportam, e foram transferidas para as imobilizações firmes com a receção do bem.

Tal norma é apenas derogada na circunstância de se verificar, em determinado exercício económico, a emissão de autos de receção relativos a bens imóveis de domínio privado do Município, relativamente aos quais é exigível a concretização do respetivo registo na Conservatória do Registo Predial para que, de acordo com as normas previstas no POCAL, o mesmo possa ser inventariado e inscrito no património municipal. Neste contexto, e quando se torna inviável concluir os respetivos registos até 31 de dezembro do ano em questão, faz-se coincidir a transferência para imobilizado firme, com a data de registo e inventariação do bem no património municipal.

Bens de domínio público

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que o município seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos bens do património histórico artístico e cultural. São valorizados, sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

Amortizações

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização decorrentes das tabelas da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Acréscimos e Diferimentos

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Dívidas de terceiros e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes em numerário, cheques e vales postais e saldos de todas as contas bancárias

8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira

O Município de Trancoso não efetuou transações em moeda estrangeira, nem apresenta saldos em 31 de Dezembro de 2016 em moeda estrangeira, em que tenha sido efetuada a conversão e atualização cambial.

8.2.5 – Situações em que o Resultado do Exercício foi afetado.

Nada a referir.

8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.

São registados na conta **432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento**, valores relativos a projetos e estudos que servem de suporte à tomada de opções estratégicas para o Município, e que constituem um instrumento de base para as ações de planeamento e tomada de decisão.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado constantes no Balanço e nas respetivas Amortizações e Provisões, de acordo com os quadros seguintes.

Imobilizado Bruto

(Ver doc. I em anexo)

Amortizações

(Ver doc. II em anexo)

8.2.8 – Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos, deverá ser desagregada de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

Descrição do Ativo Imobilizado.

(Ver doc. III em anexo)

Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso.

(Ver doc. III em anexo)

Alienações, Transferências e Abates de elementos do Ativo Imobilizado, no exercício, devidamente justificados.

(Ver doc. III em anexo)

Valores Líquidos dos elementos do Ativo Imobilizado.

(Ver doc. III em anexo)

8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não Aplicável.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do Imobilizado.

Não Aplicável.

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não Aplicável.

8.2.12 – Relativamente às Imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

(Ver Doc. III em anexo).

Imobilizações implantadas em propriedade alheia.

Não Aplicável.

Imobilizações reversíveis.

Não Aplicável.

8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Não existem bens utilizados em regime de locação financeira.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Os bens inventariados a custo zero, correspondem elementos do imobilizado adquirido há vários anos, não tendo sido possível valorizá-los pelo seu custo histórico.

8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e identificação das respetivas razões.

Os bens de domínio público não amortizáveis, correspondem aos terrenos destinados a equipamento público e as zonas verdes ou de lazer e monumentos.

8.2.16 - Designação e sede das entidades participadas, com a indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

Designação	Sede	Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Ano
T.E.G.E.C. – Trancoso Eventos, EM	Trancoso	607.794 €	-156.601 €	-77.699 €	2016
Encanta – Restauração e Serviços de Trancoso, Lda	Trancoso	2.500,00 €	11.192 €	1.796 €	2016
Feiras e Mercados de Trancoso, Lda	Trancoso	65.841 €	-	-	-
Resiestrela – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	Fundão	95.505 €	16.522.836 €	287.251€	2016
FAM – Fundo de Apoio Municipal	Lisboa	554.554€	-	-	2016

8.2.17 – Relativamente aos elementos incluídos nas contas "Títulos negociáveis" e "Outras Aplicações de tesouraria", indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de Balanço.

O Município de Trancoso não dispõe de investimentos em *Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria*.

8.2.18 – Descrição da conta “Outras Aplicações Financeiras”, com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores nominais e valores de Balanço.

O Município de Trancoso não dispõe de *Outras Aplicações Financeiras*.

8.2.19 – Indicação Global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do Ativo Circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não Aplicável.

8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Nada a referir.

8.2.21 – Indicação e Justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante, relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não Aplicável.

8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

As dívidas de cobrança duvidosa atingem um valor global de 6.683,83 €, das quais 177,89 € correspondem a saldos da conta de clientes decorrentes de atraso no pagamento de impostos indiretos relativos ao exercício de 2016, em mora à mais de 6 meses mas com menos de 12 meses, e 5.542,12 € refletem dívidas da mesma natureza com uma maturidade superior a 12 meses. Os restantes 963,82 € representam moras de pagamento inferiores a 6 meses.

8.2.23 – Valor global das dívidas Ativas e Passivas, respeitantes ao pessoal da Autarquia Local.

Não existem, a 31 de dezembro de 2016, dívidas desta natureza.

8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com a indicação dos direitos que conferem.

Não Aplicável.

8.2.25 - "Estado e outros entes públicos"

Não existem dívidas em mora incluídas na conta *Estado e Outros Entes Públicos*.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas

(Ver Doc. IV e Doc. V em anexo)

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte

(Ver Doc. VI em anexo)

Ponto 8.2.27.1

Na conta **291 – Provisões para Clientes de Cobrança Duvidosa**, verificou-se um ajustamento ao valor provisionado, com vista a acautelar custos decorrentes da impossibilidade de cobrança dos valores em dívida ao Município registados nas contas **21 – Clientes c/c** e **218 – Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa**, de acordo com as regras em vigor relativas à constituição / reforço das provisões.

Por sua vez, na conta **292 - Provisões para Riscos e Encargos**, sub-Conta **2921 - Processos Judiciais em**

Curso, procedeu-se também a ajustamentos ao valor já provisionado no ano anterior, em consequência da necessidade de acautelar eventuais responsabilidades em que o Município de Trancoso possa vir a incorrer, em resultado de sentenças judiciais relativas a novos processos intentados contra o Município no decurso de 2016. Foram ainda efetuadas correções de anulação de provisões constituídas em exercícios anteriores, na sequência da conclusão do processo 186/15.0T8TCS que corria na Comarca da Guarda e do processo 16/15.2BECTB, que corria termos no TAF de Castelo Branco.

Os processos em curso, que decorrem atualmente em diversos tribunais, correspondem a situações de reclamação de dívidas por parte de fornecedores, as quais não têm correspondência com despesa efetiva reconhecida pelo Município.

Assim, os ajustamentos efetuados ao valor anteriormente registado na referida conta, visaram assegurar que o respetivo saldo possa acomodar o total das eventuais responsabilidades perante terceiros, conforme se evidencia no seguinte mapa:

Processos Judiciais em Curso				
Processos	Aurélio Lopes, Lda	TAF Castelo Branco	383/13.2BECTB	466.423,69
	Calvestlar, Lda	TAF Castelo Branco	11/14.9BECTB	517.579,87
	Lopes & Irmão, Lda	TAF Castelo Branco	335/14.5BECTB	592.603,63
	Aurélio Lopes, Lda	TAF Castelo Branco	333/14.9BECTB	1.825.666,04
	Herd. Sampaio e Melo	Tr. Comarca Guarda	97/14.6TBGRD	232.831,76
	Resur-Gestão Res., Lda	TAF Castelo Branco	506/14.4BECTB	112.451,74
	Ascop-CCOP, Lda	Tr. Comarca Guarda	704/14.0TBGRD	150.001,13
	Jorge António Pereira Reis	TAF Castelo Branco	466/14.1BETCB	6.945,68
	António de Almeida Correia	Comarca de Aveiro	150272/15.2YIPRT	25.163,70
	Sub-Total			3.929.667,24
	Reforços			
	Ascop-CCOP, Lda	TAF Castelo Branco	184/16.6BECTB	54.149,00
	Cipriano P. Carvalho & F., Lda	TAF Castelo Branco	251/16.6BECTB	50.845,53
	Zurich Insurance PLC, SA	TAF Castelo Branco	2/16.5BECTB	6.901,02
	Zurich Insurance PLC, SA	TAF Castelo Branco	7/16.6BECTB	89.899,46
	Sub-Total			201.795,01
	Anulações			
	Fernando Andrade Santos	Comarca da Guarda	186/15.0T8TCS	8.000,00
	Transdev Interior, SA	TAF Castelo Branco	16/15.2BECTB	9.387,68
	Sub-Total			17.387,68
	Valor Total de Processos Judiciais em Curso			4.131.462,25

Nota - Pese embora a confirmação remetida pelo jurista mandatário do Município, não faça referência expressa ao processo 383/13.2BECTB, no valor de 466.423,69 euros, e não existindo nos serviços documentação oficial que confirme e dê a conhecer o desfecho do mesmo, foi contudo obtida informação junto do jurista titular do processo, que o mesmo se encontra pendente da resolução do processo 333/14.9BECTB, no valor de 1.825.666,04 euros, intentado pelo mesmo fornecedor, pelo que se optou por manter o valor da provisão constituída em 2014.

Ponto 8.2.27.2

No decurso do exercício de 2016, surgiram, no entanto, novos factos que, pela sua **relevância e materialidade**, impõem a sua explicitação e a justificação das opções tomadas quanto à não constituição de provisões que cubram as perdas potenciais daí decorrentes, dada a complexidade jurídicas dos mesmos, bem como a total incerteza quanto a eventuais responsabilidades e obrigações em que o Município possa vir a incorrer no final dos processos em questão.

De facto, corre termos a acção n.º 12778/16.5T8LSB e n.º 270/16.2BECTB na 1.ª secção Cível, J5, instância central do Tribunal da Comarca de Lisboa e no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco respetivamente.

A primeira ação foi intentada pela Caixa Geral de Depósitos (doravante designada de CGD) no dia 20/04/2016 contra o Município, a empresa municipal TEGEC e a PACETEG.

Nesta ação a Caixa Geral de Depósitos reclama o pagamento da quantia de 9 145 750, 23€ (nove milhões, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta euros e vinte e três cêntimos) correspondente ao capital em dívida, juros vencidos e demais encargos, liquidada até 05/01/2016, no âmbito da escritura pública de constituição e transmissão do direito de superfície, abertura de crédito com hipoteca e constituição de penhores (doravante designada de escritura de abertura de crédito) outorgada em 09/11/2009 entre o Município de Trancoso, a TEGEC, a PACETEG, a CGD e os acionistas privados da PACETEG.

O Município de Trancoso foi chamado nesta ação por via da emissão de uma carta de conforto a favor da

CGD, de uma consignação de rendimentos e obrigação de fim assumida na referida escritura e do instituto do enriquecimento sem causa.

A TEGEC, por sua vez, foi chamada por via da escritura de cessão de posição contratual do Município relativamente aos contratos de arrendamentos celebrados entre o Município e a PACETEG.

A referida ação foi contestada, tendo sido desde logo invocada como questão prévia a competência do Tribunal em razão da matéria, uma vez que se considera que sendo o Município uma entidade pública, a ação deveria ter sido intentada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco.

Além da incompetência, foram arguidas um conjunto de exeções que consubstanciam vícios de nulidade e anulabilidade decorrentes da decisão de lançar o concurso para a constituição da parceria pública privada, à adjudicação da única proposta a favor do grupo Manuel Rodrigues Gouveia (doravante designado por grupo MRG), e à execução das obras em causa, ou seja a Central de Camionagem, a Requalificação do Campo da Feira e o Centro Cultural de Vila Franca das Naves.

Os vícios de nulidade e anulabilidades invocados, resultaram das auditorias realizadas pelo Município e adjudicadas, em paralelo, aos juristas Ricardo Bexiga e Clara Valente da Silva, oportunamente divulgadas em reunião de Câmara e Assembleia Municipal.

A segunda ação foi intentada no dia 30/06/2016 pelo Município de Trancoso contra a CGD, o grupo MRG e a PACETEG, SA.

A razão de ser desta segunda ação prende-se com a impossibilidade do Município chamar à ação intentada pela CGD, o grupo MRG.

Com efeito, a ação n.º 12778/16.5T8LSB não foi intentada pela CGD contra o grupo MRG, que concorreu e a quem foi adjudicada a parceria público privada, através da qual se constituiu a PACETEG, com 49 % de capital da TEGEC e 51% do grupo MRG.

Ora, para o Município fazer valer o conjunto de ilegalidades detetadas nas auditorias e invocadas a título de execução na contestação da ação da CGD, impunha-se que intentasse uma acção própria onde invocasse tais ilegalidades contra o grupo MRG.

Do ponto de vista jurídico, considerou-se que não era possível o Município deduzir uma reconvenção contra o grupo MRG na acção intentada pela CGD, uma vez que não havia sido chamada a esta acção, sendo certo que o grupo MRG participou ativamente na prática das ilegalidades detetadas nas auditorias.

Face ao exposto, a opção tomada pelo executivo municipal, foi intentar uma nova acção contra a CGD, PACETEG, SA e grupo MRG, que deu origem ao processo n.º 270/16.2BECTB.

Esta nova acção permitiu não apenas chamar ao processo o grupo MRG, pelas razões alegadas, como ainda requerer ao Tribunal da Comarca de Lisboa que, sem prejuízo da declaração de incompetência, esta acção fosse imediatamente suspensa.

Com efeito, na perspectiva do Município, não faz sentido continuar a correr termos a acção n.º 12778/16.5T8LSB, enquanto não for tomada uma decisão no âmbito da acção n.º 270/16.2BECTB.

É que o pedido formulado pela CGD na acção n.º 12778/16.5T8LSB pressupõe a validade da referida escritura pública de abertura de crédito celebrada com a PACETEG, SA.

Ora, um dos pedidos formulados na acção n.º 270/16.2BECTB é precisamente a nulidade da referida escritura, em virtude das ilegalidades cometidas a montante, no âmbito do procedimento concursal para a constituição da Paceteg.

Na acção 2370/16.23BECTB os pedidos formulados são os seguintes:

“Nos termos expostos, e nos mais de direito, doutamente supridos, e considerando os Autores terem legitimidade para tanto ao abrigo dos artigos 9.º, n.º 1, e 77.º-A, n.º 1, alíneas a) e g) do CPTA, por serem parte, direta ou indiretamente, em todos os contratos objeto da Parceria, e titulares de direitos

subjetivos e interesses legalmente protegidos aos quais a execução daqueles contratos causa manifesto prejuízo, requer-se:

*1. Que seja declarada a ilegalidade, e respetiva nulidade, da deliberação da Assembleia Municipal do Município de Trancoso de 28/09/2007, de alienação do direito de superfície do Campo da Feira, **por ausência de fixação das condições gerais dessa alienação**, o que configura uma violação do artigo 53.º, n.º 2, alínea i), da Lei n.º 169/99, e nos termos do artigo 133.º, n.º 1 do CPA.*

*2. Que seja declarada a ilegalidade, e respetiva nulidade, da decisão de criação da parceria público privada objeto do presente processo, com a consequente nulidade ab initio de todo o procedimento de contratação da mesma, e de todos os atos que o integram, **por inexistência dos estudos impostos pelo RJSEL**, e dos previstos no Decreto-Lei n.º 86/2003, justificando o lançamento da Parceria, o que configura uma violação do disposto nos artigos 9.º, n.º 1 e 14.º do RJSEL, 19.º, n.º 2 da Lei 91/2001, 4.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2007, e uma nulidade, nos termos dos supracitados artigos e do artigo 133.º, n.º 1 do CPA.*

*3. Que seja declarada a ilegalidade, e respetiva nulidade, da decisão de criação da parceria público privada objeto do presente processo, com a consequente nulidade ab initio de todo o procedimento de contratação da mesma, e de todos os atos que o integram, **por inexistência de qualquer deliberação da Assembleia Municipal do Município de Trancoso** decidindo tal criação, acrescendo ainda a ausência de deliberação pela Câmara Municipal de Trancoso de inclusão do Mercado Municipal e do Campo da Feira no objeto da Parceria, o que configura uma violação do artigo 8.º, n.º 1, alínea a), do RJSEL, assim como do artigo 53.º, n.º 2, alínea l) da Lei n.º 169/99, e uma nulidade, nos termos dos supracitados artigos e do artigo 133.º, n.º 1 do CPA.*

*4. Que seja declarada a ilegalidade, e respetiva nulidade, da decisão de criação da parceria público privada objeto do presente processo, com a consequente nulidade ab initio de todo o procedimento de contratação da mesma, e de todos os atos que o integram, **por a empresa municipal objeto da parceria não estar sujeita à influência dominante do parceiro público**, o que configura uma violação do RJSEL, e concretamente dos seus artigos 3.º, n.º 1 e 8.º, n.º 1, e ainda uma violação do artigo 10º da Lei 159/99,*

e uma nulidade, nos termos dos supracitados artigos e dos artigos 133.º, n.º 1 e 133.º, n.º 2, alínea b), do CPA, por ausência de lei habilitadora ou legitimadora.

5. *Que seja declarada a ilegalidade, e respetiva nulidade, do procedimento de contratação da parceria público privada objeto do presente processo, com a consequente nulidade de todos os atos que a integram, por falta de publicação no JOCE, estipulação de um prazo de 18 dias para a apresentação das propostas, solicitação de € 25.000,00 acrescidos de IVA, pelas peças do concurso, o que configura uma violação dos artigos 88.º, n.º 2, 95.º, n.º 1, 191.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, 52.º, 62.º n.º 4, 80.º, 83.º, n.ºs 2 e 4, 245.º e 246.º do Decreto-Lei n.º 59/99, bem como um clara perversão dos princípios da transparência, da publicidade, da igualdade e da concorrência consignados nos artigos 8.º, 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 197/99, e nas regras europeias aplicáveis à contratação pública, conduzindo tantos e tão graves vícios à carência de efetivo procedimento concorrencial, logo, a uma nulidade, nos termos previstos no artigo 133º n.º 1 do CPA (interpretado nos termos do Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 01572/02, de 17/02/2004).*

6. *Que seja declarada a ilegalidade, e respetiva nulidade, ex tunc, de todos os contratos objeto da Parceria, ao abrigo do disposto nos artigos 185.º, n.º 1 do CPA, 283.º do CCP e 4.º, n.º 2, alínea d) do CPTA, por força da ilegalidade e nulidade de todo o procedimento de contratação da parceria público privada objeto do presente processo, e todos os atos que o integram, cuja declaração se requer ao abrigo dos precedentes números 1) a 5).*

7. *Que seja declarada a ilegalidade, e respetiva nulidade, ex tunc, de todos os contratos objeto da Parceria também por força das alterações que os mesmos encerram relativamente aos termos do respetivo procedimento de contratação, equiparáveis à ausência de um efetivo procedimento de contratação, com destaque para a radical redução do seu objeto, a perversão da matriz de risco e a ausência de licenciamento e de manutenção dos espaços arrendados, o que configura uma violação dos princípios da legalidade, na vertente da auto vinculação, concorrência, igualdade, transparência e estabilidade concursais, e uma nulidade, nos termos dos supracitados artigos e do artigo 133.º, n.º 1 do CPA (interpretado nos termos do Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 01572/02, de 17/02/2004).*

8. *Que seja declarada a ilegalidade, e respetiva nulidade, ex tunc, de todos os contratos objeto da Parceria ainda porque a Parceria se destinou a obter, de forma ilegal, financiamento destinado à construção de três equipamentos, em fraude à lei, e com um desvalor jurídico que não poderá deixar de ser o da nulidade, por violação do artigo 95.º, n.º 2, alínea b), da Lei n.º 169/99 (atual artigo 59.º n.º 2, alínea c), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) e do artigo 3.º, n.º 4, e 38.º, n.º 10, da Lei n.º 2/2007 (atuais artigos 4.º, n.º 2, e 49.º, n.º 7, alínea a), da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), que vedam, e cominam com nulidade, a realização pelas autarquias locais de despesas não permitidas por lei, assim como a concessão de avais, a subscrição de livranças ou a concessão de garantias pessoais e reais.*

9. Concretizando o pedido formulado nos números 6) a 8):

9.1. *Que seja declarada a ilegalidade e nulidade do contrato de constituição da PACETEG outorgado em 08/04/2008 entre a TEGEC e as sociedades integrantes do agrupamento concorrente à Parceria, com a consequente entrada da sociedade em liquidação, nos termos do artigo 165.º do CSC, devendo este efeito ser mencionado na sentença, em observância do disposto no artigo 52.º do CSC;*

9.2. *Que seja declarada a ilegalidade e nulidade do “Acordo acionista, de cooperação técnica, económica e financeira” outorgado em 23/09/2009 entre os acionistas privados da PACETEG, a TEGEC e a PACETEG;*

9.3. *Que seja declarada a ilegalidade e nulidade da escritura de “Constituição e Transmissão do Direito de Superfície, Abertura de Crédito com Hipoteca e Constituição de Penhores” outorgada em 09/11/2009 entre o Município de Trancoso, a TEGEC, a PACETEG, a CGD e os acionistas privados da PACETEG, com a consequente restituição pela PACETEG à CGD, no âmbito da liquidação da PACETEG, do valor entregue pela CGD à PACETEG ao abrigo do contrato de abertura de crédito nulo (€ 9.161.969,75), deduzido dos montantes entretanto pagos pela PACETEG à CGD (2.169.276,75);*

9.4. *Que seja declarada a ilegalidade e nulidade da carta de conforto emitida em 09-11-2009 a favor da CGD pelo Município de Trancoso;*

9.5. *Que seja declarada a ilegalidade e nulidade do contrato de empreitada outorgado entre a PACETEG e a MRG com base no qual foram construídos o Campo da Feira, o Centro Cultural de Vila Franca das Naves e a Central de Camionagem, com a consequente restituição pela MRG à PACETEG, no âmbito da liquidação da PACETEG, do preço recebido pela empreitada (€ 8.984.167,82), o que expressamente se peticiona:*

9.5.a) deduzido, se for esse o entendimento, do valor dos equipamentos construídos calculado de acordo com as regras do enriquecimento sem causa (a liquidar em execução da sentença); ou, quando assim não se entenda, o que se configura por mero zelo de patrocínio;

9.5.b) deduzido, se for esse o entendimento, do valor correspondente à utilidade advinda da realização das obras (€ 4.664.709,34);

9.6. Que seja declarada a ilegalidade e nulidade do “Contrato de Arrendamento Para Fins Não Habitacionais” relativo ao Campo da Feira, do “Contrato de Arrendamento Para Fins Não Habitacionais” relativo ao Centro Cultural de Vila Franca das Naves e do “Contrato de Arrendamento Para Fins Não Habitacionais” relativo à Central de Camionagem, outorgados em 01/06/2010 entre a PACETEG e o Município de Trancoso, e a consequente nulidade do três contratos de “Cessão de Posição Contratual” outorgados em 28/12/2010 entre o Município de Trancoso e a TEGEC tendo por objeto os três primeiros contratos (também por violação do artigo 1070.º, n.º 1, e do artigo 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 160/2006), com a consequente restituição pela PACETEG do valor das rendas pagas pelo Município de Trancoso (€ 609.684,03), e pela TEGEC (€ 1.780.425,31), deduzido, se for esse o entendimento, do valor correspondente à ocupação dos espaços a liquidar em execução de sentença.

Peticionando-se ainda, prevenindo, sem conceder, por estrito dever de zelo e cautela de patrocínio, o decaimento dos Autores relativamente a algum dos pedidos de declaração de nulidade;

10. Que seja declarada a ineficácia de todos os contratos identificados no precedente ponto 9. deste petítório no que respeita a quaisquer pagamentos a efetuar pelos Autores, por força da ausência de visto, nos termos do artigo 45.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto. “

Como decorre do ponto 9.3, 9.4 e 9.6, foi peticionada a declaração de nulidade da escritura de abertura de crédito, da carta de conforto e dos contratos de cessão da posição contractual a favor da TEGEC.

Ora, a referida escritura, a carta de conforto e os contratos de cessão da posição contractual, foram precisamente os fundamentos invocadas na acção n.º 12778/16.5TBSB contra o Município e a TEGEC.

Daí que, na perspetiva do Município, se imponha primeiro decidir da validade de tais documentos, antes de apreciar o pedido da CGD.

Acresce que a ação n.º 270/16.2BECTB foi contestada pelo grupo MRG, PACETEG e CGD.

O principal fundamento invocado nessa contestação prende-se com o instituto do abuso de direito.

Invocaram aquelas empresas que, a ter havido ilegalidades, as mesmas também foram praticadas pela Câmara Municipal, que foi quem decidiu lançar o concurso, adjudicar a parceria ao grupo MRG e definiu as obras a construir, pelo que não pode agora invocar para seu proveito as ilegalidades que cometeu.

Trata-se do abuso de direito, na modalidade do brocardo latino “*venire contra factum proprium*”.

O Município e a TEGEC responderam oportunamente a este argumento, dizendo, em termos gerais, que o respeito pela legalidade não se compadece com a invocação do abuso de direito e que não se pretende que sejam isentos de quaisquer responsabilidades.

Com efeito, o Município entende que o Tribunal deve fixar, com recursos a regras de equidade se necessário, o valor da sua responsabilidade, mas em conformidade com o real valor de Mercado das obras construídas no âmbito da parceria e não seguindo o valor recebido pelo empreiteiro.

Ademais, a PACETEG não se limitou a contestar a ação n.º 270/16.2BECTB, e aproveitou a mesma para deduzir um pedido reconvenicional no valor de 30 467.969,08 € (trinta milhões, quatrocentos e sessenta e sete e novecentos e sessenta e nove e oito cêntimos).

Este pedido tem como fundamento legal, a cláusula 7.^a dos contratos de arrendamento celebrados entre o Município de Trancoso e a PACETEG relativamente aos três equipamentos construídos pela parceria e posteriormente objetos de cessão de posição contractual a favor da TEGEC.

Da referida cláusula resulta que, em caso de incumprimento do arrendatário, o senhorio poderá reclamar as rendas vincendas durante o período de vigência em falta dos contratos de arrendamentos.

O Município respondeu a esta reconvenção, invocando as exceções já referidas, designadamente a nulidade dos contratos de arrendamento.

A PACETEG, SA não respondeu às referidas exceções, o que em princípio significa que as exceções invocadas deverão ser julgadas procedentes, e improcedente o pedido reconvenicional.

São estas as questões que, em traços gerais se encontram em discussão na referidas ações.

Resulta assim que a ação n.º 270/16.6BECTB foi uma consequência da ação n.º 12778/16.5T8SLB.

Tanto assim é, que o Município apresentou um requerimento no processo n.º 12778/16.5T8SLB para a sua suspensão, enquanto não for decidido o processo n.º 270/16.6BECTB.

Face ao exposto, é manifesto que a complexidade das questões jurídicas que se discutem nas referidas ações não permite antecipar o desfecho das mesmas.

Acresce que, o sucesso ou insucesso destas acções dependerá muito da prova testemunhal a produzir em audiência de julgamento, sem prejuízo das vicissitudes que possam ocorrer na pendência dos processo.

A título de exemplo, não se pode descartar a possibilidade dos credores da PACETEG, a começar pela Autoridade Tributária, pedir a sua insolvência.

Tal situação levaria, a princípio, à imediata suspensão dos referidos processos, e venda no âmbito do processo de insolvência dos equipamentos para satisfação dos credores que vierem reclamar créditos no respetivo processo.

Assim, torna-se muito difícil nesta fase a ponderação do grau de risco que estas acções comportam para o município no âmbito destas ações.

Seria mesmo imprudente fazê-lo considerando a complexidades das questões jurídicas em causa e a volatilidade e incerteza da prova testemunhal em audiência de julgamento, ao que acresce as vicissitudes

que possam entretanto ocorrer, entre as quais se destaca a possibilidade de um acordo até à audiência de julgamento e a declaração de insolvência da PACETEG.

Face ao exposto, considerando o elevado grau de incerteza associados às decisões dos processos em causa,, a impossibilidade de constituir uma expectativa fundada, com qualquer base de certeza, sobre as eventuais responsabilidades e obrigações em que o município possa vir a incorrer, entendeu o executivo municipal determinar que, não existindo condições objetivas para determinar o valor de responsabilidades associadas aos processos em questão, os mesmos não deveriam, nesta fase, ser objeto de constituição de provisão.

Ponto 8.2.27.3

No exercício de 2016, procedeu-se também a ajustamentos ao valor das provisões constituídas para acautelar **Outros Riscos e Encargos**. Assim, procedeu-se ao reforço do valor provisionado, de forma a garantir eventuais perdas de correntes da reclamação da reclamação de juros de mora no pagamento de fornecimentos e serviços por parte de do fornecedor Eliseu & Filhos, Lda, ainda que a dívida em questão tenha sido contestada e não reconhecida pela autarquia. No entanto, por uma questão de prudência, foi constituída a respetiva provisão, conforme valores apresentados. Procedeu-se ainda à anulação de valores, correspondentes à anulação da provisão que visava assegurar a perda potencial decorrente da reclamação de juros efetuada pela empresa Biosfera, Lda, no valor de 47.185,62 euros, na medida em que, após um longo processo negocial, o fornecedor anulou o débito de juros anteriormente efetuado, através da emissão das respetivas notas de crédito.

Outros Riscos e Encargos				
ND	Resiestrela, SA	Juros de Mora	2005 a 2008	78.179,00
	Sub-Total			78.179,00
	Reforços			
Várias Faturas	Eliseu & Filhos, Ldª	Empreitadas	07/04/2016	46.125,67
	Sub-Total			46.125,67
	Anulações			
Fat 2015/15001	Biosfera Constr. Unip., Ldª	Juros de Mora	09/01/2015	47.185,62
	Sub-Total			47.185,62
Valor Total de Outros Riscos e Encargos				124.304,67
Saldo Anterior				125.364,62

8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da Classe 5 "Fundo Patrimonial", constantes do Balanço.

Unidade: Euro

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 - Património	61.362.569	20	0	61.362.589
55 - Ajustamentos Partes de Capital em Empresas	1.539	0	660	879
576 - Doações	50.789	0	0	50.789
59 - Resultados Transitados	-30.093.653	23.776	699.631	-30.769.508
Total	31.321.243	23.796	700.291	30.644.748

Unidade: Euros

Nota: as justificações dos movimentos ocorridos encontram-se expressas na nota 8.2.2.

Considerando que o resultado líquido do exercício de 2016 apresenta um valor negativo de 831.808,10 €, propõem-se a sua afetação à conta 59 – Resultados Transitados.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

(Ver Doc VII em anexo)

8.2.30 - Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração de resultados financeiros

(Ver Doc. VIII em anexo)

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

(Ver Doc. IX em anexo)